



PLACAS DO BRASIL S.A.
CNPJ 14.792.934/0001-18

PLACAS DO BRASIL S.A.
Relatório do auditor independente
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

PLACAS DO BRASIL S.A.
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo
Relatório da Administração
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Demonstrações do resultado individuais e consolidados
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Placas do Brasil S/A apresenta o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhados do Relatório de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Visão Geral
Fundada em outubro de 2011 por um grupo de empresários de vários segmentos da região norte do estado do Espírito Santo, a Placas do Brasil S.A é uma empresa de base florestal, 100% brasileira. Sua fábrica localiza-se no KM 19 da Rodovia BR101, no município de Pinheiros-ES, e utiliza o eucalipto como principal insumo de produção. Sua fábrica conta com tecnologia de última geração, e tem capacidade para produzir 400.000 metros cúbicos de painéis de MDF anuais, para abastecer a indústria moveleira dos estados do Espírito Santo e demais estados da federação. O fornecimento da madeira de eucalipto é garantido com base em parceria florestal, onde são celebrados contratos de compra e venda futura de madeira renovável, com produtores rurais da região estrategicamente localizados nas proximidades da planta industrial.

Desempenho Operacional Implantação da Base Florestal
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia totalizou 127 contratos de parceria e fomento florestal equivalentes a 8.656 ha e contratos de compra/swap de madeira spot, o que assegura o suprimento de madeira para os anos de 2026, 2027, 2028, 2029, 2030 e 2031. A base florestal é formada por contratos firmados com parceiros acionistas, parceiros não acionistas e a subsidiária integral Flora Agronegócios Ltda, na proporção de 23,00%, 48,00% e 29,00% respectivamente. Geograficamente, 69,00% da base florestal está localizada no estado do Espírito Santo, 30,00% no estado da Bahia e 1,00% no estado de Minas Gerais.

Início da Produção, Pós Learning Curve
No ano de 2018 começou com o desafio de superar atrasos climáticos que alteraram a previsão inicial de operação. A resposta veio através da dedicação das equipes: em 14 de junho de 2018, a Placas do Brasil S.A. fez história ao produzir a primeira chapa de MDF em solo capixaba. Com a evolução dos processos, a companhia consolidou sua curva de aprendizado no quarto trimestre de 2019. O ano de 2021 apresentou melhora na rentabilidade, com pro-

dução de 375 mil m³ e Receita Líquida de R\$ 458 milhões. O desempenho financeiro foi consistente, atingindo um EBITDA de R\$ 113 milhões e margem de 24,67%. Em 2022, apesar da retração de mercado e maior formação de estoques, a companhia elevou seu ticket médio em 10,5% (R\$ 1.430), garantindo uma receita de R\$ 476,7 milhões, embora com margem EBITDA ajustada para 10,7%.

A partir de 2023, a estratégia focou no aumento do valor agregado com a entrada da segunda linha de revestimento em setembro, elevando a participação desses produtos para 34,2% e mantendo o faturamento em R\$ 470,5 milhões. Em 2024, a empresa atingiu Receita Líquida de R\$ 510,4 milhões. O grande destaque deste último ano foi no mix de vendas, onde os produtos revestidos passaram a representar 41,1% do portfólio, consolidando a transição da companhia para itens de maior margem e eficiência produtiva, mesmo diante de um cenário de custos pressionados e margem EBITDA de 8,41%.

Em 2025, a Companhia produziu 379.032m³ com vendas de 359.387m³, a variação refere-se aos calços e proteções necessárias para a embalagem e venda de outros materiais. A Companhia alcançou seu maior faturamento, com Receita Líquida de R\$ 593.639.151 proveniente da comercialização de 53% de materiais crus e 47% de revestidos ao ticket médio líquido de R\$/m³ 1.652 (13,4% superior ao ano anterior). Com esses indicadores o EBITDA ajustado totalizou R\$ 80.271.433 – representando 13,52% da receita líquida.

Para 2026, a Companhia projetou o orçamento de produção de 375.000m³ com vendas de 356.250m³. A Companhia mantém a estratégia nas vendas de produtos de maior valor agregado, gerando ticket médio anual de R\$/m³ 1.764 e EBITDA ajustado em R\$ 126.016.083 – representando 20,05% da receita líquida.

Em 2025, os acionistas realizaram aporte de capital no montante de R\$ 49.939.512, com saldo residual de R\$ 60.488 a ser integralizado em 2026, totalizando R\$ 50.000.000 destinados a investimentos estratégicos em máquinas e equipamentos. Parte relevante desses recursos foi aplicada na implantação de uma linha de impregnação de papel, contribuindo para o aumento da eficiência operacional e para o fortalecimento da estrutura produtiva da Companhia.

Para 2026, está prevista a construção de uma planta completa para fabricação de resina — com início de produção programado para setembro —, a internalização dos serviços de corte, baldeio e carregamento de madeira, reforçando o plano de verticalização e outros investimentos periféricos objetivando melhor eficiência operacional da companhia.

Gestão Financeira
A companhia mantém, por meio do Conselho de Administração, forte acompanhamento e controle do fluxo financeiro, buscando e adequando a estrutura da dívida, visando a manutenção e credibilidade da empresa no mercado.

Desempenho Econômico-Financeiro Resultados
As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas conforme os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia está sujeita ao risco de exposição cambial de moeda nos empréstimos e financiamentos denominados em uma moeda diferente de sua moeda funcional, substancialmente representados por Euro (EUR). A Companhia não utiliza contratos de mercado futuro ou hedge para proteger seu risco de moeda. Entretanto mantém como garantia o depósito no exterior em moeda estrangeira o valor de € 217.909. No exercício de 2025 a Companhia utilizou o recurso estrategicamente, que compreendeu ao equivalente a 02 (duas) parcelas do empréstimo que possui quitação semestral e vem recompondo este saldo, conforme contrato. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e considerar se este relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramen-

Receita Líquida
A receita líquida auferida ao longo do último exercício totalizou R\$ 593.639.151 composto por receita bruta de R\$ 731.648.518 e deduções de vendas no montante de R\$ 138.009.367.

Custo dos Produtos Vendidos
Os custos dos produtos vendidos no exercício totalizaram R\$ 436.532.484 com custo de venda unitário maior em 8% (R\$/m³ 1.234,01 x 1.139,04), em comparação com o ano anterior, impactado, basicamente, pelo maior preço e consumo de madeira e maior preço e consumo de resina em comparação ao ano anterior.

Lucro ou Prejuízo Bruto
A Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 12.150.181 no exercício de 2025, representando uma redução expressiva de aproximadamente 74% em relação ao prejuízo de R\$ 47.361.857 apurado em 2024.

Despesas Comerciais
As despesas comerciais totalizaram R\$ 62.853.411, apresentando aumento de 7,70% em relação ao exercício de 2024. Essa variação está relacionada principalmente ao maior dispêndio com fretes de vendas, decorrente do aumento dos custos de transporte, especialmente combustíveis, e do maior raio médio das entregas realizadas.

Despesas Gerais e Administrativas
As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 45.988.632, representando aumento de 25% em relação ao exercício de 2024. Essa variação reflete principalmente ajustes na estrutura operacional do setor administrativo, com maior volume de gastos em locação de máquinas e equipamentos, além de despesas com pessoal e encargos associados, alinhados à expansão das atividades.

Despesas Tributárias
As despesas tributárias totalizaram R\$ 2.245.918, apresentando redução de 50% em relação ao exercício de 2024. Essa variação decorre principalmente da redução dos gastos com IOF incidentes sobre operações de empréstimos e financiamentos, bem como da diminuição dos encargos tributários relacionados a bonificações, resultando em menor volume de despesas no período.

Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas
As outras receitas operacionais líquidas totalizaram, no exercício, R\$ 5.337.137, apresentando crescimento de 50% em relação ao exercício de 2024. O aumento é explicado principalmente pelo ganho reconhecido na atualização de contratos firmados com produtores rurais, aliado ao registro de ajuste de mais-valia do ativo biológico nas operações da controlada, refletindo a reavaliação desses ativos conforme sua evolução e condições econômicas no período.

Resultado Financeiro Líquido
O resultado financeiro apresentou uma melhoria de 22% em relação a 2024. No exercício, a Companhia registrou saldo negativo de R\$ 67.959.353, ante R\$ 87.822.596 no período anterior, impulsionado por maior amortização de principal e menores encargos sobre desconto de duplicatas, em razão da redução no volume de operações de desconto.

Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social
Pelos motivos expostos acima, a Companhia registrou prejuízo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

to das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza

Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Corrente e Diferido
A Companhia apurou prejuízo contábil no exercício e o resultado fiscal líquido do LALUR e LACS foi negativo em face do aumento do saldo negativo no resultado líquido do exercício.

A Companhia reconhece nesse exercício o aumento do imposto de renda e a contribuição social diferidos no montante de R\$ 5.426.815 líquidos dos passivos diferidos, sob prejuízo fiscal acumulado, arrimada na norma estabelecida no Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) e Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

Resultado Líquido
A Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 12.150.181 no exercício de 2025, representando uma redução expressiva de aproximadamente 74% em relação ao prejuízo de R\$ 47.361.857 apurado em 2024. Essa evolução demonstra os avanços estratégicos implementados pela gestão, incluindo otimizações operacionais, controle rigoroso de custos e foco em eficiência, que contribuíram para uma recuperação robusta do resultado negativo. Tal desempenho reforça a resiliência da companhia e sua trajetória de melhoria contínua, posicionando-a de forma mais sólida para os próximos períodos.

Dívida
A dívida bruta da Companhia com instituições financeiras e terceiros encerrou 2025 em R\$ 445.966.710, o que representa um recuo de 9% (R\$ 41.957.051) frente ao ano anterior. Desse montante, 82% (R\$ 367.907.872) estão atrelados à moeda nacional, enquanto os 18% remanescentes (R\$ 78.057.838) referem-se a obrigações em moeda estrangeira. Vale destacar a redução ainda mais acentuada nas obrigações com partes relacionadas, que totalizaram R\$ 16.784.568 — uma diminuição de 39% (R\$ 10.674.373) em comparação a 31 de dezembro de 2024.

Investimentos
Os investimentos realizados no exercício de 2025 totalizaram R\$ 16.010.811, sendo R\$ 9.844.521 referentes à participação de 100% na controlada Flora Agronegócios, R\$ 5.967.386 relativos a participações no capital social do Banco Cooperativo Sicoob e R\$ 198.904 em participações no capital do Banco Cooperativo Sicredi.

Adicionalmente, foram registrados investimentos no montante de R\$ 22.016.221 em imóveis em andamento, relacionados a projetos e expansões em fase de execução.

Dividendos
O estatuto social da Companhia, em linha com os princípios da legislação vigente no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, fixa dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado do exercício após destinação da reserva legal. Para demais disposições acerca de Distribuição de Lucros, deve ser observado o Capítulo VII do Estatuto Social vigente em 31 de dezembro de 2025.

Auditoria e Controles Internos
Recorremos a auditores externos para avaliação de nossos resultados, controles internos e nossas práticas contábeis. Contratamos para esse ano a prestadora de serviços de auditoria independente BDO RCS Auditores Independentes, cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial os relacionados a aspectos fiscais.

za significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião da auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 10 de abril de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 ES 004955/F-4

Marcos Aurélio Cardoso Figueiredo Contador CRC 1 RJ 126663/O-2 – S - ES

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

PLACAS DO BRASIL S.A. - CNPJ 14.792.934/0001-18

PLACAS DO BRASIL S.A. Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em Reais)											
Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.227.228	6.104.412	8.375.785	6.112.300	Fornecedores	18	51.608.406	55.736.943	50.909.075	54.195.930
Clientes	5	65.576.827	62.870.251	65.576.827	63.386.698	Empréstimos e financiamentos	19	101.217.765	92.234.790	101.217.765	92.234.790
Estoques	6	81.419.524	90.250.273	85.422.810	97.761.985	Impostos a pagar		3.711.242	3.272.084	4.484.276	3.569.922
Impostos e contribuições a recuperar	7	6.174.391	5.778.479	6.924.710	5.999.447	Remunerações e encargos a pagar		9.232.186	5.257.735	9.237.192	5.262.108
Adiantamento a fornecedores	8	12.798.492	8.495.836	6.101.158	7.336.815	Débitos a pagar para partes relacionadas	20	9.684.986	27.266.018	9.684.986	27.266.018
Outros créditos	9	574.810	12.979.484	574.810	12.979.484	Adiantamento de clientes		407.732	152.637	407.732	152.637
Despesas antecipadas	10	2.143.773	1.981.633	2.143.773	1.981.633	Outras contas a pagar		3.790.358	3.951.600	3.790.358	3.951.600
Total do ativo circulante		176.915.044	188.460.368	175.119.874	195.558.362	Total do passivo circulante		179.652.674	187.871.806	179.731.383	186.633.004
Não circulante						Não circulante					
Ativo Biológico	11	-	-	19.028.602	19.999.631	Empréstimos e financiamentos	19	337.389.868	388.745.334	344.748.945	395.688.971
Adiantamento a produtores rurais	12	5.564.573	19.631.457	5.564.573	7.558.479	Débitos a pagar para partes relacionadas	20	7.099.584	3.953.333	7.099.584	3.953.333
Depósitos judiciais	13	669.518	610.562	669.518	610.562	Obrigações diversas		-	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.122.281	2.336.095	2.122.281	2.336.095	Total do passivo não circulante		344.489.452	392.698.668	351.848.529	399.642.304
Impostos Diferidos	14 e 26	138.033.686	132.606.871	138.033.686	132.606.871						
Total do ativo não circulante		146.390.058	155.184.985	165.418.660	163.111.638	Patrimônio líquido					
Investimentos	15	17.510.811	13.597.720	7.715.166	4.277.907	Capital social	21	246.329.523	246.329.523	246.329.523	246.329.523
Imobilizado	16	359.620.674	362.245.096	359.620.674	362.245.096	Adiantamento para futuro aumento de cap	21	49.939.512	-	49.939.512	-
Intangível	17	495.779	83.215	495.779	83.215	Reserva de capital		1.550.105	1.550.105	1.550.105	1.550.105
Total do ativo não circulante		377.627.264	375.926.030	367.831.618	366.606.217	Prejuízos acumulados		(121.028.899)	(108.878.718)	(121.028.899)	(108.878.718)
Total do ativo		700.932.366	719.571.383	708.370.152	725.276.217	Total do ativo e patrimônio líquido		176.790.241	139.000.910	176.790.241	139.000.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em Reais)					
	Notas Explicativas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida de Vendas	22	593.639.151	510.409.438	593.639.151	510.409.438
Custo dos Produtos Vendidos	23	(443.487.546)	(399.965.184)	(436.532.484)	(398.916.081)
Lucro Bruto		150.151.605	110.444.254	157.106.667	111.493.358
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas Comerciais	24	(62.853.411)	(58.384.776)	(62.853.411)	(58.384.776)
Despesas Gerais e Administrativas	24	(39.430.413)	(33.241.225)	(45.988.632)	(34.550.216)
Despesas Tributárias		(2.245.918)	(4.487.453)	(2.245.918)	(4.487.453)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		3.859.086	2.528.574	5.337.137	2.617.310
Resultado Equivalência Patrimonial	15	475.036	(730.699)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		49.955.984	16.128.675	51.355.842	16.688.222
Resultado Financeiro					
Receitas Financeiras		4.737.554	3.139.291	4.738.364	3.144.812
Despesas Financeiras		(72.467.955)	(75.675.488)	(72.895.138)	(76.069.570)
Variações Monetárias e Cambiais Ativas		12.574.588	9.219.151	12.574.588	9.219.151
Variações Monetárias e Cambiais Passivas		(12.377.167)	(24.116.989)	(12.377.167)	(24.116.989)
Resultado financeiro líquido	25	(67.532.980)	(87.434.035)	(67.959.353)	(87.822.596)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(17.576.995)	(71.305.360)	(16.603.511)	(71.134.374)
Imposto de renda e contribuição social	14 e 26				
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		-	-	(973.485)	(170.986)
Imposto de IR e CSLL Diferidos	26	5.426.815	23.943.502	5.426.815	23.943.502
Prejuízo líquido do exercício		(12.150.181)	(47.361.857)	(12.150.181)	(47.361.857)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em Reais)					
	Nota explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício		(12.150.181)	(47.361.857)	(12.150.181)	(47.361.857)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		(12.150.181)	(47.361.857)	(12.150.181)	(47.361.857)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em Reais)									
	Capital social subscrito	Capital social a realizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	246.329.523	-	-	-	1.550.105	-	-	(61.516.861)	186.362.767
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(47.361.857)	(47.361.857)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	246.329.523	-	-	-	1.550.105	-	-	(108.878.718)	139.000.910
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	49.939.512	-	-	-	-	-	-	49.939.512
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(12.150.181)	(12.150.181)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	246.329.523	49.939.512	-	-	1.550.105	-	-	(121.028.899)	176.790.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em Reais)

<p>1. CONTEXTO OPERACIONAL</p> <p>A Placas do Brasil S.A., a seguir designada neste relatório como "Companhia", com sede social em Pinheiros no Estado do Espírito Santo, é uma sociedade anônima de capital fechado fundada em 10 de outubro de 2011.</p> <p>A Placas do Brasil possui 1 (uma) unidade industrial em Pinheiros/ES que tem como objeto social a fabricação de madeira laminada e chapas de madeira compensada em diversas espessuras, prensada e aglomerada, cru e revestidas.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia totalizou 127 contratos de parceria e fomento florestal equivalentes a 8.656 ha e contratos de compra/swap de madeira spot, o que assegura o suprimento de madeira para os anos de 2026, 2027, 2028, 2029, 2030 e 2031. A base florestal é formada por contratos firmados com parceiros acionistas, par-</p>	<p>ceiros não acionistas e a subsidiária integral Flora Agronegócios Ltda, na proporção de 23,00%, 48,00% e 29,00% respectivamente. Geograficamente, 69,00% da base florestal está localizada no estado do Espírito Santo, 30,00% no estado da Bahia e 1,00% no estado de Minas Gerais.</p> <p>Em 2025, a Companhia produziu 379.032m³ com vendas 359.387m³, a variação refere-se aos calços e proteções necessárias para a embalagem e venda de outros materiais. A companhia alcançou seu maior faturamento, com Receita Líquida de R\$ 593.639.151 proveniente da comercialização de 53% de materiais crus e 47% de revestidos ao ticket médio líquido de R\$/m³ 1.652 (13,4% superior ao ano anterior). Com esses indicadores o Ebitda Ajustado totalizou R\$ 80.271.433 – representado 13,52% da receita líquida.</p> <p>Para 2026, a Companhia projetou o orçamento de produção de 375.000m³ com vendas de</p>	<p>356.250m³. A Companhia mantém a estratégia nas vendas de produtos de maior valor agregado, gerando ticket médio anual de R\$/m³ 1.764 e Ebitda Ajustado em R\$ 126.016.083 – representando 20,05% da receita líquida.</p> <p>Em 2025, os acionistas realizaram aporte de capital no montante de R\$ 49.939.512, com saldo residual de R\$ 60.488 a ser integralizado em 2026, totalizando R\$ 50.000.000 destinados a investimentos estratégicos em máquinas e equipamentos. Parte relevante desses recursos foi aplicada na implantação de uma nova linha de impregnação de papel, contribuindo para o aumento da eficiência operacional e para o fortalecimento da estrutura produtiva da Companhia.</p> <p>Para 2026, está prevista a construção de uma planta completa para fabricação de resina – com início de produção programado para setembro –, a internalização dos serviços de corte, baldeio e</p>	<p>carregamento de madeira, reforçando o plano de verticalização e outros investimentos periféricos objetivando melhor eficiência operacional da companhia.</p> <p>2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS</p> <p>2.1 Declaração de conformidade</p> <p>As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), como aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS)</p>	<p>emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).</p> <p>A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 10 de abril de 2026.</p> <p>2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação</p> <p>As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.</p> <p>2.3 Conversão de moeda estrangeira</p> <p>Os ativos e passivos monetários, denominados em</p>
--	--	--	---	--

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

PLACAS DO BRASIL S.A. - CNPJ 14.792.934/0001-18

moeda estrangeira são convertidos para o Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Resumo das políticas contábeis materiais
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

(a) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.
Os instrumentos financeiros são reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

• Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

• Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

• Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos em aplicações financeiras com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação.

(c) Clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal no curso normal das atividades da Companhia ajustados ao valor presente quando aplicável, acrescidas dos juros e de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Em razão do prazo médio de recebimento dos títulos o seu valor corresponde ao valor justo quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As Perdas Esperadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídas, em montantes considerados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas de realização das contas a receber.

(d) Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição ou produção, líquido de impostos recuperáveis. Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de ajustes de redução ao valor recuperável e provisões para perdas para cobrir eventuais perdas estimadas pela Administração quando aplicável.

(e) Ativo biológico

O ativo biológico corresponde às plantações de eucalipto, apresentados no ativo não circulante. O ativo biológico está mensurado pelo valor justo. As premissas significativas na determinação do valor justo do ativo biológico estão demonstradas na nota explicativa nº 11

A avaliação do ativo biológico é feita a cada 1 ano pela companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo reconhecido no resultado do período em linha específica da demonstração do resultado, denominada "ajuste líquido ao valor justo do ativo biológico Floresta em Formação CPC 29". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos do ativo biológico no início e final do período avaliado.

(f) Investimentos

Investimentos são representados por participações em outras entidades realizados pela Companhia e avaliados pelo MEP (Método de Equivalência Patrimonial).

(g) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado no projeto de implantação, foram mensurados pelo custo de aquisição ou construção líquidos dos impostos recuperáveis, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento do projeto e das implementações de melhorias da planta, deduzido da depreciação acumulada. É aplicado o teste do valor recuperável ("impairment") sempre que houver indícios de perda por recuperabilidade.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item.

Valor residual e vida útil
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de ca-

da exercício.

(h) Intangível

O intangível é registrado pelo custo de aquisição e deduzidos pelo valor de amortização pelo método linear de acordo com a vida útil estimada.

(i) Contas a pagar e fornecedores

As contas a pagar e fornecedores são obrigações devidas pela aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo.

(j) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

(k) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases correntes. Estes tributos são calculados com base nas leis tributáveis, vigentes na data do balanço, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos mediante a expectativa dos lucros tributáveis futuros, balizado em orçamento previsto para os próximos dez anos, devidamente aprovado pelo conselho fiscal da companhia e amparado pelas legislações tributárias brasileira requerida sobre a tributação do lucro, e, portanto, os tributos sobre o lucro são calculados aplicando a alíquota em vigor no Brasil na data de apresentação das demonstrações contábeis.

(l) Provisões e Contingências

Constitui-se uma provisão em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(m) Transações com partes relacionadas

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

(n) Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a Companhia transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. A receita é medida líquida de devoluções e descontos comerciais.

(o) Estimativas, julgamentos e premissas contábeis relevantes

Na preparação dessas demonstrações contábeis, a Administração utilizou estimativas, julgamentos e premissas contábeis com relação ao futuro que afetam a aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

• Vida útil do ativo imobilizado;
A depreciação do ativo imobilizado considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

• Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
A Administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

• Provisão para contingências;
A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

• Ativo biológico;
A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo do valor justo, é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico da floresta de eucalipto, através do valor de negociação de contratos estabelecidos pela Companhia na data de encerramento do exercício. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico estão descritas na nota explicativa nº 11.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assun-

tos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e

• Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada. Os ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são convertidos para o Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais.

A Entidade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- A Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

3.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025 .

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber:

a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtítulos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas.

Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3.3 Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o

consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). Principais Substitutos e Mudanças:

• CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacada percentual nos documentos fiscais;

• IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;

• Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,

• Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Entidade avaliou os efeitos decorrentes da Lei Complementar nº 214/2025 e da Lei Complementar nº 224/2025, que instituem a Reforma Tributária sobre o consumo, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2025.

Com base nas análises realizadas, não foram identificados impactos nas principais estimativas contábeis adotadas pela Entidade, incluindo aquelas divulgadas nas notas explicativas nº 5 (PECLD – contas a receber), nº 7 (tributos a recuperar), nº 16 e 17 (vida útil do ativo imobilizado e intangível) e nº 27 (provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas).

No âmbito operacional, a entidade concluiu com êxito os testes em ambiente de homologação e produção, assegurando a adequada parametriza-

ção dos sistemas para atendimento às exigências de destaque e apuração dos tributos IBS e CBS, aplicáveis a partir de 2026.

A Entidade mantém controles estruturados sobre seus benefícios fiscais e encontra-se preparada para atendimento às obrigações acessórias relacionadas ao reporte dessas informações no ambiente e-CAC, em conformidade com os requisitos previstos na legislação vigente.

Adicionalmente, a Entidade possui ativos fiscais diferidos relevantes, substancialmente relacionados a prejuízos fiscais e diferenças temporárias, cuja realização está suportada por projeções econômico-financeiras elaboradas pela Administração. Essas projeções consideram premissas consistentes com o planejamento estratégico da Entidade, histórico de desempenho operacional e já incorporam, de forma apropriada, os efeitos esperados conforme regra tributária, com base nas informações atualmente disponíveis.

A Administração acompanha de forma contínua a evolução da regulamentação da Reforma Tributária e mantém processos internos estruturados para avaliação e atualização tempestiva de suas premissas, assegurando a adequada mensuração de seus ativos e passivos.

3.4 Consolidação

As demonstrações contábeis incluem as informações da Companhia e sua controlada, descritas abaixo. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pelos seguintes ajustes:

• As transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas são eliminadas;
Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados;
Nas demonstrações contábeis individuais, as demonstrações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

A Companhia detém participação na seguinte empresa controlada:

A Flora Agronegócios Ltda, a seguir designada neste relatório como "subsidiária integral" da Placas do Brasil, com sede na Rodovia Mario Covas, S/N, KM 19 Sala B, Zona Rural, Pinheiros/ES, é uma sociedade limitada fundada em 05 de março de 2018, tem como objeto predominante o cultivo de eucalipto.

O Empreendimento de exploração de atividade de silvicultura de eucalipto foi implantada no litoral norte do Espírito Santo com área de plantio de 1.997 (ha) e 272 (ha) na região sul do estado da Bahia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	8.227.228	4.624.996	8.375.785	4.632.884
Aplicações Financeiras	-	1.479.416	-	1.479.416
TOTALIZADOR	8.227.228	6.104.412	8.375.785	6.112.300

As aplicações financeiras em moeda nacional são de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

5. CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes no País				
Terceiros	70.934.056	66.467.535	70.934.056	66.467.535
Partes Relacionadas	27.808.411	28.928.286	27.808.411	29.444.733
	98.742.468	95.395.821	98.742.468	95.912.268
Clientes no Exterior				
Terceiros	57.724	57.724	57.724	57.724
Ajuste Clientes Mercado Externo - Variação	4.813	4.700	4.813	4.700
(-) Créditos de Clientes - Descontos	(218.775)	(1.865)	(218.775)	(1.865)
(-) Duplicatas descontadas ¹	(31.181.274)	(31.166.601)	(31.181.274)	(31.166.601)
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa ²	(1.828.130)	(1.419.528)	(1.828.130)	(1.419.528)
TOTALIZADOR	65.576.827	62.870.251	65.576.827	63.386.698

(¹) Trata-se de títulos a receber de clientes, descontados junto ao Banco Sicoob e Banco Daycoval.

(²) A Companhia adota uma política de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa com base no saldo de clientes, aplicando uma alíquota média de 1,85%, conforme estudo realizado ao longo dos últimos setes anos. Esse percentual reflete a análise histórica do comportamento dos clientes devedores em um período de 365 dias.

Inicialmente, todos os títulos vencidos são negociados diretamente com os clientes, explorando todas

as possibilidades de recuperação do crédito. Caso as tentativas de cobrança não tenham êxito, os casos pendentes são encaminhados ao setor jurídico para a adoção das medidas cabíveis.

A reversão dessa provisão ocorrerá mediante a liquidação efetiva do crédito pelo cliente ou sua baixa definitiva com perda, em conformidade com os artigos 9º e 10º da Lei nº 9.430/96.

Em 31 de dezembro de 2025, as contas a receber por idade de vencimento estão assim demonstradas:

	2025	2024
	Clientes Nacionais	
A vencer	90.364.572	46.693.442
Vencidos entre 0 e 30 dias	3.091.620	32.153.644
Vencidos entre 31 e 60 dias	535.821	7.212.764
Vencidos entre 61 e 90 dias	170.175	1.549.653
Vencidos entre 91 e 120 dias	71.716	260.140
Vencidos entre 121 e 150 dias	125.608	-
Vencidos entre 151 e 180 dias	132.038	-
Vencidos entre 181 e 365 dias	469.628	-
Acima de 365 dias	3.781.289	7.526.178
	98.742.468	95.395.821
Clientes no Exterior		
A vencer	-	46.003
Vencidos de 0 a 30 dias	-	-
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-
Vencidos de 91 a 120 dias	-	-
Vencidos de 121 a 150 dias	-	-
Vencidos de 151 a 180 dias	-	-
Vencidos de 181 a 365 dias	-	-
Acima de 365 dias	57.724	11.721
	57.724	57.724

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

PLACAS DO BRASIL S.A. - CNPJ 14.792.934/0001-18

6. ESTOQUES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	10.505.389	19.095.975	14.508.676	26.607.687
Produtos em elaboração	53.065	425.561	53.065	425.561
Matérias primas	25.456.378	27.770.890	25.456.378	27.770.890
Matérias de almoxarifado e outros	45.404.692	42.957.847	45.404.692	42.957.847
(-) Redução ao valor recuperável	-	-	-	-
(-) Provisão para perdas	-	-	-	-
TOTALIZADOR	81.419.524	90.250.273	85.422.810	97.761.985

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a controlada possuía um estoque de produtos acabados destinado à venda, mantido sob controle e avaliado conforme os critérios de gestão estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL - Antecipações e Impostos Retidos	938.475	630.713	938.498	630.736
ICMS - Operações	-	-	750.248	219.691
ISS - A Recuperar	-	-	-	1.253
Outros Impostos e Contribuições a Recuperar	174.808	147.766	174.855	147.766
Adquirido de Terceiros - ICMS a Recuperar ¹	5.061.109	5.000.000	5.061.109	5.000.000
Total do Ativo Circulante	6.174.391	5.778.479	6.924.710	5.999.447
PIS a Recuperar Sobre Depreciação	9.018	53.444	9.018	53.444
COFINS a Recuperar Sobre Depreciação	41.538	246.164	41.538	246.164
ICMS Sobre Ativos Fixos a Recuperar	2.071.725	2.036.487	2.071.725	2.036.487
Total do Ativo Não Circulante	2.122.281	2.336.095	2.122.281	2.336.095
TOTALIZADOR	8.296.673	8.114.574	9.046.991	8.335.542

(¹) A segunda etapa (2/3) da transferência de créditos de ICMS, no valor de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), é utilizada ao longo de 12 meses, a partir da competência de julho de 2025.

8. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	CONTROLADORA				
	Saldo em 31/12/2025	Adiantamentos Efetuados	Atualizações Monetárias	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Adiantamentos a fornecedor	12.798.492	9.919.325	-	(5.616.670)	8.495.836
TOTALIZADOR	12.798.492	9.919.325	-	(5.616.670)	8.495.836

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2025	Adiantamentos Efetuados	Atualizações Monetárias	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Adiantamentos a fornecedor	6.101.158	9.939.965	-	(5.616.670)	7.336.815
TOTALIZADOR	6.101.158	9.939.965	-	(5.616.670)	7.336.815

Os adiantamentos a fornecedores nacionais e estrangeiros ocorrem nas antecipações de compras de matérias primas e consumo para manutenção.

9. OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros Créditos a Receber	574.810	1.354.393	574.810	1.354.393
Sinistros a Recuperar	-	10.125.091	-	10.125.091
Ativo Mantido para Venda	-	1.500.000	-	1.500.000
TOTALIZADOR	574.810	12.979.484	574.810	12.979.484

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a Apropriar	1.798.024	1.441.315	1.798.024	1.441.315
Outras Despesas	345.749	540.318	345.749	540.318
TOTALIZADOR	2.143.773	1.981.633	2.143.773	1.981.633

A companhia apropria suas despesas por competência.

11. ATIVO BIOLÓGICO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Eucalipto - Fazenda ABC - Pedro Canário/ES	-	-	9.798.084	6.561.770
Eucalipto - Fazenda Aliança - Montanha/ES	-	-	5.799.633	8.526.624
Eucalipto - Fazenda Gabiroba - Nova Viçosa/BA	-	-	303.912	205.527
Eucalipto - Fazenda Ceu Azul - Mucuri/BA	-	-	371.232	352.131
Eucalipto - Fazenda São João - Mucuri/BA	-	-	364.317	273.423
Eucalipto - Fazenda Walquiria - Mucuri/BA	-	-	249.580	-
Floresta em Formação CPC 29 (Ativo)	-	-	2.141.844	4.080.155
TOTALIZADOR	-	-	19.028.602	19.999.631

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do Valor Justo

DESCRIÇÃO	UNID	FAZENDA ABC		FAZENDA ABC
		(de 1 a 2 anos)	(de 1 a 4 anos)	(acima de 4 anos)
Rendimento Por Hectare Ano	m²/ha	35	35	35
Idade média da floresta	Anos	2	4	4
Rendimento Por Hectare No Ciclo	m³/ha	63	130	140
Hectares A Produzir	ha	478	207	313
Volume Total No Ciclo/periodo	m³	30.135	26.822	43.838
Valor de Mercado da Madeira em 31/12/2025	R\$/m³	110	110	110
Valor Do Imobilizado Floresta	TOT	R\$ 3.314.896	R\$ 2.950.424	R\$ 4.822.202
				11.087.523

DESCRIÇÃO	UNID	FAZENDA ALIANÇA (até 1 ano)	FAZENDA ALIANÇA (acima de 6 anos)	FAZENDA ALIANÇA (área a plantar)
Rendimento Por Hectare Ano	m³/ha	35	35	0
Idade média da floresta	Anos	1	8	0
Rendimento Por Hectare No Ciclo	m³/ha	35	273	0
Hectares A Produzir	ha	433	144	421
Volume Total No Ciclo/periodo	m³	15.159	39.369	0
Valor de Mercado da Madeira em 31/12/2025	R\$/m³	110	110	110
Valor Do Imobilizado Floresta	TOT	R\$ 1.667.435	R\$ 4.330.626	R\$ -
				R\$ 5.998.061

DESCRIÇÃO	UNID	FAZENDA CEU AZUL (2,5 anos)	FAZENDA CEU AZUL (Acima de 5 anos)	FAZENDA CEU AZUL (área a plantar)
Rendimento Por Hectare Ano	m³/ha	40	40	-
Idade média da floresta	Anos	3	5	-
Rendimento Por Hectare No Ciclo	m³/ha	120	200	-
Hectares A Produzir	ha	51	4	7
Volume Total No Ciclo/periodo	m³	6.158	800	-
Valor de Mercado da Madeira em 31/12/2025	R\$/m³	110	110	110
Valor Do Imobilizado Floresta	TOT	677.424	88.000	-
				R\$ 765.424

DESCRIÇÃO	UNID	FAZENDA WALQUIRIA (1 a 4 anos)	FAZENDA WALQUIRIA (8,5 anos)	FAZENDA WALQUIRIA (área a plantar)
Rendimento Por Hectare Ano	m³/ha	30	25	-
Idade média da floresta	Anos	1	8	-
Rendimento Por Hectare No Ciclo	m³/ha	42	188	-
Hectares A Produzir	ha	67	3	47
Volume Total No Ciclo/periodo	m³	2.814	606	-
Valor de Mercado da Madeira em 31/12/2025	R\$/m³	110	110	110
Valor Do Imobilizado Floresta	TOT	309.540	66.619	-
				R\$ 376.159

DESCRIÇÃO	UNID	FAZENDA	
		GABIROBA	FAZENDA SAO JOAO
Rendimento Por Hectare Ano	m³/ha	35	35
Idade média da floresta	Anos	2	3
Rendimento Por Hectare No Ciclo	m³/ha	70	88
Hectares A Produzir	ha	49	44
Volume Total No Ciclo/periodo	m³	3.452	3.833
Valor de Mercado da Madeira em 31/12/2025	R\$/m³	110	110
Valor Do Imobilizado Floresta	TOT	379.764	421.671
			R\$ 801.435
Valor Do Imobilizado Floresta	TOTAL	R\$ 19.028.602	

Os ativos biológicos existentes na controlada são para produção (florestas maduras e imaturas) equivalentes a florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de 6 (seis) a 8 (oito) anos, o seu valor justo é mensurado através das premissas de rendimento por hectare e custos despendidos para formação do plantio. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente,

por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo. O valor presente das somatórias das florestas no exercício de 2025 é de R\$ 19.028.602.

Após as exaustões para formação de estoque de vendas, o valor total do ativo biológico já considerando o ajuste a valor presente, encerrou o exercício de 2025 em R\$ 19.028.602.

12. ADIANTAMENTOS A PRODUTORES RURAIS

	CONTROLADORA				
	Saldo em 31/12/2025	Adiantamentos Efetuados	Atualizações Monetárias	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Adiantamentos a produtores rurais	5.564.573	277.223	(1.105.826)	(13.238.281)	19.631.457
TOTALIZADOR	5.564.573	277.223	(1.105.826)	(13.238.281)	19.631.457

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2025	Adiantamentos Efetuados	Atualizações Monetárias	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Adiantamentos a produtores rurais	5.564.573	277.223	(1.105.826)	(13.238.281)	7.558.479
TOTALIZADOR	5.564.573	277.223	(1.105.826)	(13.238.281)	7.558.479

O programa de parceria florestal consiste em um sistema de incentivo à produção florestal regional, por meio do qual produtores independentes realizam o plantio de eucalipto em suas próprias propriedades, com a finalidade de fornecer produto agrícola (madeira) à Companhia. A iniciativa tem como objetivo promover o desenvolvimento social e econômico das regiões circunvizinhas às operações da Companhia.

No âmbito desse programa, a Companhia concede adiantamentos em espécie aos produtores, os quais serão liquidados por meio da entrega de mercadorias. Adicionalmente, a Companhia presta suporte técnico aos produtores, por meio de assessoria especializada em manejo florestal; contudo, não detém controle conjunto sobre as decisões operacionais efetivamente implementadas pelos parceiros.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA				
	Saldo em 31/12/2025	Depósitos Realizados	Atualizações Monetárias	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Natureza tributária					
Imposto de Importação	659.518	-	58.956	-	600.562
Recursos Previdenciários	10.000	-	-	-	10.000
TOTALIZADOR	669.518	-	58.956	-	610.562

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2025	Depósitos Realizados	Atualizações Monetárias	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Natureza tributária					
Imposto de Importação	659.518	-	58.956	-	600.562
Recursos Previdenciários	10.000	-	-	-	10.000
TOTALIZADOR	669.518	-	58.956	-	610.562

Os depósitos judiciais são registrados pelo custo e são atualizados monetariamente conforme premissas da Justiça Federal aprovadas pela resolução CJF nº 784/22. Tem por finalidade garantir os processos em curso normal até a decisão final do litígio.

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ Diferido (Ativo)	101.619.677	97.629.372	101.619.677	97.629.372
CSLL Diferido (Ativo)	36.414.009	34.977.499	36.414.009	34.977.499
ATIVO FISCAL DIFERIDO	138.033.686	132.606.871	138.033.686	132.606.871

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos no valor total de R\$ 132.606.871 mediante a seu prejuízo fiscal acumulado. Entretanto, conforme cenário econômico, foi realizada no exercício corrente a constituição do ativo fiscal diferido sobre seu prejuízo fiscal acumulado, reconhecendo em seu ativo não circulante o montante de R\$ 5.426.815, conforme Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 32 (IAS 12). A Administração da Companhia fundamentada na análise de recuperabilidade do ativo, utilizando-se das melhores práticas contábeis e de mercado, reconheceu em seu ativo não circulante o montante em 31 de dezembro

de 2025 R\$ 138.033.686 conforme Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 32 (IAS 12). (Nota 26).

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com um saldo de R\$ 138.033.686 em ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL), ante os R\$ 132.606.871 registrados em 2024. O incremento de R\$ 5.426.815 reflete a constituição de novos créditos sobre prejuízos fiscais, reconhecidos no ativo não circulante conforme a NBC TG 32 (IAS 12). Tal reconhecimento baseia-se em análises de recuperabilidade que utilizam as melhores práticas de mercado e projeções de resultados futuros (Nota 26).

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

PLACAS DO BRASIL S.A. - CNPJ 14.792.934/0001-18

15. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2025	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2025	Adição	Baixa	31/12/2024
	Participação - Cooperativa Sicoob Leste Capixaba	5.967.386	1.740.077	-	4.227.310	5.967.386	1.740.077	-
Participação - Cooperativa Sicoob Nanuque	198.873	197.975	-	898	198.873	197.975	-	898
Participação - Banco Cooperativo Sicredi	31	4	-	27	31	4	-	27
Participação - Sociedade em Controlada Flora Agronegó	9.844.521	475.036	-	9.369.485	48.876	-	-	49.672
Propriedade para investimento	1.500.000	1.500.000	-	-	1.500.000	1.500.000	-	-
	17.510.811	3.913.091	-	13.597.720	7.715.166	3.438.055	-	4.277.907

Os saldos Sicoob e Sicredi referem-se as participações de cada associado na evolução da cooperativa de crédito.

Movimentação do investimento na subsidiária integral Flora Agronegócios:

Investida	2024		Ajuste	Ganho ou perda de capital	Resultado de Equivalência Patrimonial	Distribuição de Lucro	2025
	Investida	% cotas					
Flora Agronegocios Ltda	100%	9.369.485	-	-	475.036	-	9.844.521

16. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Maquinas e Equipamento	Outros Equipamento	Móveis e Utensílio	Veículos	Equipamento de Informática	Imobilizado em Andamento	Outros ¹	TOTAL
	Vida Útil		50	20	10	10	5	5		
CUSTO										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.298.005	58.578.525	422.407.695	3.941.803	2.067.174	7.378.751	1.998.662	710.423	1.790.506,96	502.171.545
Adições	-	-	-	-	-	-	-	22.016.221	2.501.357	24.517.578
Baixas	-	-	-	(17.214)	(6.037)	-	-	-	-	(23.251)
Transferências e outros ²	-	684.138	3.441.555	53.262	71.767	870.771	655.038	(5.776.531)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.298.005	59.262.664	425.849.250	3.977.851	2.132.904	8.249.521	2.653.700	16.950.113	4.291.864,17	526.665.872
DEPRECIACÃO										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(6.603.979)	(124.009.210)	(1.816.071)	(911.150)	(5.152.421)	(1.433.619)	-	-	(139.926.449)
Adições	-	(1.377.426)	(24.234.214)	(397.193)	(208.515)	(684.014)	(229.988)	-	-	(27.131.351)
Baixas	-	-	-	10.909	1.692	-	-	-	-	12.602
Transferências e outros ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(1.377.426)	(24.234.214)	(386.284)	(206.823)	(684.014)	(229.988)	-	-	(27.118.749)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	51.281.258	277.605.826	1.775.496	1.014.932	2.413.086	990.093	16.950.113	-	359.620.674
VALOR CONTABIL										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.298.005	51.974.546	298.398.485	2.125.732	1.156.025	2.226.330	565.043	710.423	1.790.507	362.245.096
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.298.005	51.281.258	277.605.826	1.775.496	1.014.932	2.413.086	990.093	16.950.113	-	359.620.674

(¹) Refere-se a Adiantamento Fornecedores Imobilizado

(²) Refere-se a reclassificação de "Imobilizado em Andamento" para "Imobilizado Concluído".

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, cujas taxas são definidas de acordo com cada grupo de ativo. As imobilizações em andamento referem-se substancialmente a máquinas, equipamentos e instalações.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e do intangível com a finalidade de identificar evidências que levem as perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem

que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia.

17. ATIVO INTANGÍVEL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Início do Exercício	83.215	128.369	83.215	128.369
Adições	445.402	-	445.402	-
Baixas	-	-	-	-
Amortização	(32.838)	(45.154)	(32.838)	(45.154)
Saldo Final do Exercício	495.779	83.215	495.779	83.215

O intangível da Companhia refere-se basicamente a aquisição de licenças e implantação de software e tem vida útil de 5 anos.

18. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores Nacionais	50.091.282	54.725.264	49.391.951	53.184.251
Fornecedores Estrangeiros	1.517.124	1.011.679	1.517.124	1.011.679
	51.608.406	55.736.943	50.909.075	54.195.930

Do montante registrado no saldo de fornecedores, uma parte refere-se à aquisição de insumos utilizados na produção de MDF (Medium Density Fiberboard), enquanto a outra parte corresponde à compra de itens de consumo e à contratação de serviços necessários para as operações da Companhia. Adicionalmente, na consolidação das demonstrações financeiras, todas as vendas de produtos acabados e a prestação de serviços realizadas pela

controlada são integralmente destinadas à Placas do Brasil S.A. No que se refere às transações entre a controladora e a controlada, os valores a pagar da controladora para a controlada são integralmente eliminados no processo de consolidação, assegurando a correta apresentação dos demonstrativos financeiros e evitando a duplicidade de valores.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Indexador	Garantias	CONTROLADORA							
			Circulante		Não circulante		Total			
			2025	2024	2025	2024	2025	2024		
Em moeda estrangeira										
LBBW - Importação linha de MDF	Euro	1, 2	22.405.036	23.387.078	57.062.221	79.570.846	79.467.257	102.957.924		
(-) Garantia LBBW	Euro	1, 2	-	-	(1.409.419)	(23.242.083)	(1.409.419)	(23.242.083)		
			22.405.036	23.387.078	55.652.802	56.328.763	78.057.838	79.715.841		
Em moeda nacional										
Banco do Brasil - FNDE / Sudene	Fixo	1, 2, 3, 4	11.568.378	15.104.145	44.329.457	59.454.597	55.897.835	74.558.742		
SICOOB - Crédito rotativo	CDI	5	47.505.793	36.439.977	172.076.229	198.012.458	219.582.022	234.452.434		
Banco Banestes	CDI		10.722.453	7.604.281	26.307.078	30.742.802	37.029.530	38.347.083		
Banco Cooperativo SICREDI	CDI		6.054.176	5.209.935	6.557.604	9.216.082	12.611.780	14.426.018		
Banco SAFRA	CDI		-	1.006.067	-	-	-	1.006.067		
Banco do Nordeste - BNB	CDI		2.828.000	3.348.920	10.461.483	13.203.229	13.289.482	16.552.149		
(-) Garantia BNB			-	-	(1.180.785)	(1.398.595)	(1.180.785)	(1.398.595)		
Empréstimo BANDES			133.929	134.387	23.186.000	23.186.000	23.319.929	23.320.387		
			78.812.729	68.847.712	281.737.066	332.416.572	360.549.794	401.264.284		
			101.217.765	92.234.790	337.389.868	388.745.334	438.607.632	480.980.124		

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

PLACAS DO BRASIL S.A. - CNPJ 14.792.934/0001-18

Modalidade	Indexador	Garantias	CONSOLIDADO						
			Circulante		Não circulante		Total		
			2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Em moeda estrangeira									
LBBW - Importação linha de MDF	Euro	1, 2	22.405.036	23.387.078	57.062.221	79.570.846	79.467.257	102.957.924	
(-) Garantia LBBW	Euro	1, 2	-	-	(1.409.419)	(23.242.083)	(1.409.419)	(23.242.083)	
			22.405.036	23.387.078	55.652.802	56.328.763	78.057.838	79.715.841	
Em moeda nacional									
Banco do Brasil - FNDE / Sudene	Fixo	1, 2, 3, 4	11.568.378	15.104.145	44.329.457	59.454.597	55.897.835	74.558.742	
SICCOB - Crédito rotativo	CDI	5	47.505.793	36.439.977	172.076.229	198.012.458	219.582.022	234.452.434	
Banco Banestes	CDI		10.722.453	7.604.281	26.307.078	30.742.802	37.029.530	38.347.083	
Banco Cooperativo SICRED	CDI		6.054.176	5.209.935	6.557.604	9.216.082	12.611.780	14.426.018	
Banco SAFRA	CDI		-	1.006.067	-	-	-	1.006.067	
Banco do Nordeste - BNB	CDI		2.828.000	3.348.920	10.461.483	13.203.229	13.289.482	16.552.149	
(-) Garantia BNB			-	-	(1.180.785)	(1.398.595)	(1.180.785)	(1.398.595)	
Emprestimo BANDES			133.929	134.387	23.186.000	23.186.000	23.319.929	23.320.387	
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	CDI		-	-	7.359.078	6.943.636	7.359.078	6.943.636	
			78.812.729	68.847.712	289.096.143	339.360.208	367.908.872	408.207.920	
Garantias:									
(1) Alienação fiduciária de equipamentos									
(2) Penhor de ações									
(3) Hipoteca do imóvel da fábrica									
(4) Cessão fiduciária dos direitos creditórios									
(5) Aval de acionistas									
(6) Alienação fiduciária de veículos									
			101.217.765	92.234.790	344.748.945	395.688.971	445.966.710	487.923.761	

No quadro a seguir, apresentamos o escalonamento dos vencimentos das parcelas nominal das dívidas em 31 de dezembro de 2025:

Modalidade / Finalidade	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	Total
Em moeda estrangeira											
LBBW - Importação linha de MDF	22.405.036	22.784.502	22.784.502	11.493.217	-	-	-	-	-	-	79.467.257
(-) Garantia LBBW	-	-	-	(1.409.419)	-	-	-	-	-	-	(1.409.419)
	22.405.036	22.784.502	22.784.502	10.083.798	-	-	-	-	-	-	78.057.838
Em moeda nacional											
Banco do Brasil - FNDE / Sudene	11.568.378	20.523.063	23.806.394	-	-	-	-	-	-	-	55.897.835
Banco Sicoob	47.505.793	40.382.290	28.736.075	24.860.349	22.364.957	15.738.127	15.738.127	15.738.127	8.518.178	-	219.582.022
Banco Sicredi	6.054.176	1.809.043	1.744.150	1.115.953	1.115.953	510.109	262.395	-	-	-	12.611.780
Banco do Nordeste	2.828.000	2.241.746	2.241.746	2.241.746	2.241.746	1.494.497	-	-	-	-	13.289.482
(-) GarantiaBNB	-	-	-	-	-	(1.180.785)	-	-	-	-	(1.180.785)
Banco Banestes	10.722.453	5.968.376	5.776.656	4.106.832	4.233.411	4.363.990	1.857.812	-	-	-	37.029.530
BANDES	133.929	-	1.932.167	3.864.333	3.864.333	3.864.333	3.864.333	3.864.333	1.932.167	-	23.319.929
	78.812.729	70.924.518	64.237.188	36.189.214	33.820.401	24.790.272	21.722.667	19.602.460	10.450.345	-	360.549.794
	101.217.765	93.709.020	87.021.690	46.273.012	33.820.401	24.790.272	21.722.667	19.602.460	10.450.345	-	438.607.632

20. PARTES RELACIONADAS

Relacionamento	Ativo		Passivo			Patrimônio Líquido	Resultado	
	Clientes no país	Adiantamento a produtores rurais	Fornecedores	Partes Relacionadas (Debêntures)	Partes Relacionadas (Mútuos)	AFAC	Receita de vendas	Custo dos produtos vendidos
Relação direta	5.952.085	6.717.973	1.109.500	7.160.393	-	49.939.510	33.821.246	31.203.195
Relação indireta	21.856.327	-	29.360	6.103.529	3.520.646	-	207.375.064	-
Total em 2025	27.808.411	6.717.973	1.138.860	13.263.922	3.520.646	49.939.510	241.196.310	31.203.195

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. A Companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras mantidas com pessoas chave da Administração, com seus acionistas e com empresas a ela ligadas, direta ou indire-

tamente. Entre as transações realizadas estão os adiantamentos efetuados a produtores florestais, compra de bens e serviços aplicados à construção da fábrica, venda de MDF e empréstimos de mútuos. Os empréstimos de mútuos, tem como finalidade gerir a estrutura financeira da Companhia. Os prazos de vencimento dos contratos estão escalonados entre 1 e 5 anos.A remuneração da administração está demonstrada abaixo:

Remuneração da administração			
Conselho de Administração		761.221	7
Diretoria		942.002	1
Gerencia		2.889.866	7

21. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social da Placas do Brasil S.A, no valor de R\$ 246.329.522,78 (duzentos e quarenta e seis milhões, trezentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais, setenta e oito centavos) inteiramente subscrito e integralizado, representando 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) ações ordinárias no valor de 205,27 (duzentos e cinco reais e vinte e

sete centavos). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registra o montante de R\$ 49.939.512 (quarenta e nove milhões, novecentos e trinta e nove mil, quinhentos e doze reais) a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), classificado no patrimônio líquido, referente a aportes realizados por acionistas, os quais serão oportunamente convertidos em capital social, conforme deliberação societária futura.

22. RECEITA LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	731.648.518	628.460.665	731.648.518	628.460.665
Deduções				
Devoluções	(2.594.748)	(5.939.062)	(2.594.748)	(5.939.062)
Descontos Incondicionais	(6.295.309)	(1.342.033)	(6.295.309)	(1.342.033)
	722.758.461	621.179.570	722.758.461	621.179.570
'Impostos sobre vendas	(129.119.310)	(110.770.132)	(129.119.310)	(110.770.132)
Receita líquida de vendas	593.639.151	510.409.438	593.639.151	510.409.438

23. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos vendidos	443.487.546	399.965.184	436.532.484	398.916.081

Os custos dos produtos vendidos no exercício totalizaram R\$ 436.532.484 com custo de venda unitário maior em 8% (R\$/m² 1.234,01 x 1.139,04), em comparação com o ano anterior, im-

pactado, basicamente, pelo maior preço e consumo de madeira e maior preço e consumo de resina em comparação ao ano anterior.

24. DESPESA POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas comerciais				
Despesa com Vendas	60.742.871	56.797.640	60.742.871	56.797.640
Serviços públicos e de terceiros	124.892	41.287	124.892	41.287
Despesas gerais	1.985.648	1.545.849	1.985.648	1.545.849
	62.853.411	58.384.776	62.853.411	58.384.776
Despesas administrativas				
Despesa com pessoal	18.004.602	13.634.632	24.562.821	14.943.623
Serviços públicos e de terceiros	1.352.611	650.405	1.352.611	650.405
Despesas gerais	20.073.201	18.956.189	20.073.201	18.956.189
	39.430.413	33.241.225	45.988.632	34.550.216
	102.283.824	91.626.001	108.842.043	92.934.992

Despesas comerciais

O aumento das despesas comerciais em relação ao ano de 2024 está relacionado principalmente com o maior gasto com fretes de vendas, influenciado pela elevação dos custos de transporte e pelo aumento do raio médio das entregas realizadas.

Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 45.988.632, representando aumento de 25% em relação ao exercício de 2024. Essa variação reflete principalmente ajustes na estrutura operacional do setor administrativo, com maior volume de gastos em locação de máquinas e equipamentos, além de despesas com pessoal e encargos associados, alinhados à expansão das atividades.

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicação financeira	1.166.916	526.962	1.167.726	532.483
Juros recebidos	942.388	630.213	942.388	630.213
Descontos obtidos	555.617	719.465	555.617	719.465
Outras receitas financeiras	427.083	-	427.083	-
Juros sobre capital próprio	919.089	383.273	919.089	383.273
Pis e cofins sobre receitas financeiras	(273.540)	(120.621)	(273.540)	(120.621)
Deságio Financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total das receitas financeiras	4.737.554	3.139.291	4.738.364	3.144.812
Despesas de juros e multas	(71.693.136)	(68.566.356)	(72.120.318)	(68.960.438)
Despesas bancárias	(214.804)	(592.318)	(214.804)	(592.318)
Outras despesas financeiras	(560.015)	(6.516.814)	(560.015)	(6.516.814)
Total das despesas financeiras	(72.467.955)	(75.675.488)	(72.895.138)	(76.069.570)
Variações cambiais e mon. ativas sobre financiamentos	12.574.588	9.219.151	12.574.588	9.219.151
Variações cambiais e mon. passivas sobre financiamentos	(12.377.167)	(24.116.989)	(12.377.167)	(24.116.989)
	197.421	(14.897.839)	197.421	(14.897.839)
Resultado financeiro líquido	(67.532.980)	(87.434.035)	(67.959.353)	(87.822.596)

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR
PLACAS DO BRASIL S.A. - CNPJ 14.792.934/0001-18

26. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia é optante pelo regime de tributação pelo Lucro Real e participante do benefício da SUDENE.

a. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

Diante do acúmulo de prejuízo fiscal, em janeiro de 2025, foi realizado o aproveitamento do limite legal de 30%, com reflexo na redução dos tributos apurados no período. Contudo, em 31/12/2025, a controladora Placas do Brasil apurou resultado fiscal negativo, não havendo IRPJ a recolher no exercício, também em razão do benefício fiscal da SUDENE. Os valores recolhidos de CSLL em janeiro e fevereiro de 2025, totalizando R\$ 218.644,58, foram registrados em conta de CSLL negativa para compensação futura.

b. IMPOSTOS DIFERIDOS

	CONSOLIDADO						IRPJ/CSLL 2025
	Imposto Diferido						
	2025	2024	2023	2022	2021	2020	
Ativo Diferido							
Prejuízo Fiscal	8.863.024	22.376.166	20.768.893	14.803.288	-	70.606.726	137.418.097
Base Negativa de Contribuição Social	3.190.689	8.055.420	7.476.801	5.329.184	(169.074)	25.491.328	49.374.347
ATIVO FISCAL DIFERIDO - IRPJ / CSLL	12.053.713	30.431.586	28.245.694	20.132.471	(169.074)	96.098.053	186.792.444
Passivo Diferido							
Depreciação Econômica vs. Fiscal	(6.626.896)	(6.488.084)	(6.877.710)	(6.617.414)	(6.509.659)	(15.638.992)	(48.758.758)
ATIVO FISCAL DIFERIDO - IRPJ / CSLL	5.426.815	23.943.502	21.367.984	13.515.057	(6.678.733)	80.459.061	138.033.686

Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. A composição dos saldos dos tributos diferidos líquidos é demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos no valor total de R\$ 132.606.871 mediante a seu prejuízo fiscal acumulado. Entretanto, conforme cenário econômico, foi realizada no exercício corrente a constituição do ativo fiscal diferido sobre seu prejuízo

fiscal acumulado, reconhecendo em seu ativo não circulante o montante de R\$ 5.426.815, conforme Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (IAS 12). A Administração da Companhia fundamentada na análise de recuperabilidade do ativo, utilizando-se das melhores práticas contábeis e de mercado, reconheceu em seu ativo não circulante o montante em 31 de dezembro de 2025 R\$ 138.033.686 conforme Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (IAS 12).

Abaixo a expectativa de recuperabilidade do ativo fiscal diferido:

Ano	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
IRE CS	-	4.393.808	5.200.897	11.581.732	12.367.735	12.999.983	13.913.693	18.267.928	18.918.888	19.444.511	20.944.511

27. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia e sua controlada não está envolvida como parte ré em processos judiciais com probabilidade perdas prováveis. Contudo, as provisões para as eventuais perdas decorrentes de processos são estimadas e atualizadas pela Diretoria, ampara-

da pela opinião de seus consultores legais externos.

As causas possíveis de perda, que a divulgação é exigida em nota explicativa conforme o CPC 25, são apresentadas a seguir:

Esfera	Valor
Tributária	402.730
Trabalhista	261.713
	1.218.771

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, bem como quando, os quais se aproximam dos valores de mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

A Placas do Brasil não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de oscilação de moedas, porém, eles são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição. Cabe ao Conselho de Administração garantir a governança do processo de gerenciamento de todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologia e melhorias ao sistema de gestão.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia tem como política gerenciar seus riscos por meio de decisões colegiadas que contam com a participação dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Essa política é monitorada permanentemente pelos membros do Conselho, que têm entre suas responsabilidades a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco cambial

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a tais riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Placas do Brasil S/A está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos contratados em moeda diferente da moeda funcional da Companhia, em sua grande maioria o Euro (EUR). A Companhia não utiliza contratos de mercado futuro ou Hedge para proteger seu risco de moeda.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.